
A Câmara dos próximos 4 anos: uma análise dos deputados eleitos em 2022

Diogo costa*

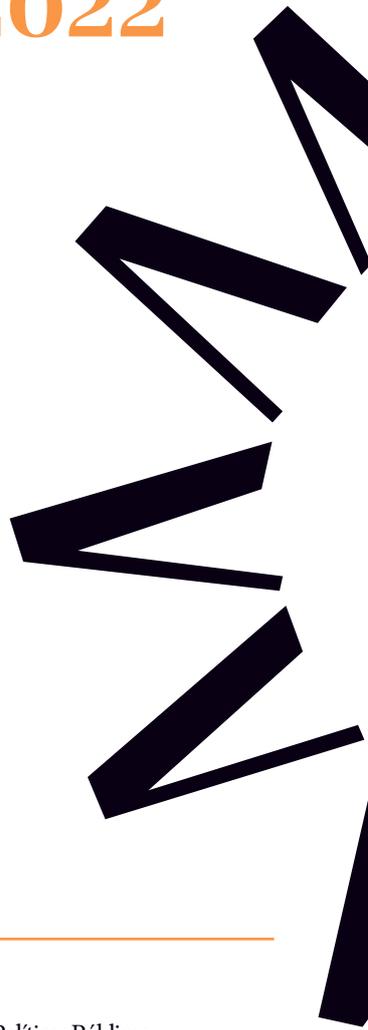
Cientista político e presidente do Enap.

Wagner Vargas*

Cientista de Dados especializado em Políticas Públicas.

Priscila Chammas*

Jornalista e gerente de conteúdo do Instituto Millenium.



I. Introdução

A nova configuração do Congresso Nacional, eleito nas eleições gerais de 2022, para o mandato 2023-2026, tem provocado uma série de questionamentos acerca de renovação política, representação de minorias e utilização de recursos públicos.

Nosso foco aqui será a Câmara dos Deputados, começando pela investigação de quais, dentre os 513 novos deputados federais, podem ser considerados verdadeiramente parte de um fenômeno de renovação política. Neste trabalho, queremos que o fenômeno de renovação esteja alinhado com a conotação que os eleitores costumam dar ao termo, do ingresso ao parlamento de pessoas que não possuíam carreira política antes de serem eleitas. Analisaremos, assim, qual a porcentagem da nova Câmara é composta por “outsiders” políticos.

Dessa maneira, não utilizamos o termo renovação para meramente agrupar na mesma lista todos os deputados que estejam em seu primeiro mandato na Câmara, como geralmente é feito em levantamentos deste tipo¹. Além de incluirmos mandatários que já possuíam outro cargo eletivo (portanto, já estavam na carreira política), identificamos também aqueles que vêm de famílias políticas tradicionais ou que se elegeram a partir da ocupação de cargos comissionados de alto escalão no Poder Executivo. Nesse sentido, mais rigoroso, a faixa da renovação se limita aos deputados que não se incluem nas categorias anteriores. Importante salientar que não foi feita análise da índole ou qualidade destes parlamentares.

Também investigamos a participação das

minorias na nova composição parlamentar. Ações afirmativas recentes foram tomadas para estimular a representação de grupos minoritários na Câmara dos Deputados, como a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e negros para fins de distribuição dos recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral. Aqui iremos examinar se de fato houve um aumento de fato na representação de mulheres e negros.

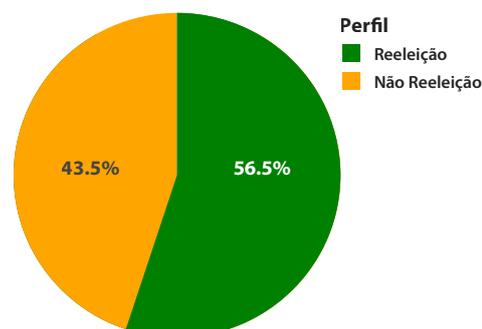
Finalmente, algumas questões de financiamento de campanha também serão analisadas, como a relação custo x voto, identificando os menores e maiores custos por voto. Também nos perguntamos qual seria a relação entre o uso dos Fundos Partidário e Eleitoral e a eleição do candidato. Essas e outras questões relacionadas serão discutidas nas próximas páginas.

II. Renovação

Se expandirmos o fenômeno da renovação para abarcar toda a ausência de reeleição, a nova composição da Câmara dos Deputados pode induzir-nos a acreditar que teremos um congresso bastante renovado a partir de 2023. Dos 513 eleitos, 290 já ocupavam uma cadeira de Deputado Federal antes das eleições de 2022 - ou seja, foram reeleitos. Como podemos ver no gráfico abaixo, esse número representa 56,5% do total, o que significa então que os outros 223 eleitos (43,5%) representariam a taxa de renovação na Casa.

| Gráfico 1 | Eleitos para Câmara dos deputados - Eleições 2022

Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE



¹ Nos links a seguir (acesso em 17/10/2022), temos alguns exemplos do que a imprensa costuma chamar de renovação, em suas reportagens <https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/>

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/renovacao-na-camara-de-44percent-e-a-segunda-maior-desde-1998.ghtml>

<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/camara-dos-deputados-tem-renovacao-de-39/>

Ao incluirmos outros dados, no entanto, vemos um cenário de maior continuidade política. Dentre os 223 novatos, 40 declararam ao TSE ocupar o cargo de deputado estadual, 22 de vereador e um deles senador. Na soma, vemos que 63 novos eleitos já vinham da carreira política.

Dentre os que não se declararam ocupantes de cargos eletivos, ainda localizamos outros 69 que não consideraram sua carreira política como profissão, mas que ainda ocupam ou já ocuparam cargo eletivo, totalizando 132 novos mandatários com este perfil.

Neste recorte, conseguimos filtrar, por exemplo, casos conhecidos, como o do deputado eleito pelo Ceará, Eunício Oliveira (MDB). Apesar de estar atualmente sem mandato, Oliveira conta com um extenso histórico de cargos políticos, incluindo a presidência do Senado em 2017. Na Câmara dos Deputados, este será seu terceiro mandato não consecutivo.

O mesmo partido tem Roseana Sarney, herdeira da principal dinastia política do Maranhão. A deputada eleita já foi governadora de seu estado quatro vezes. Seu currículo também inclui um mandato de senadora e outro de deputada federal. Por estarem sem mandato, tanto Roseana Sarney quanto Eunício Oliveira, apesar de não serem outsiders políticos, teriam entrado na conta da renovação, caso o critério fosse apenas o de reeleição.

Nessa mesma categoria há outros casos menos emblemáticos, embora numerosos: ex-prefeitos, vereadores e deputados estaduais que não poderiam ser chamados exatamente de “renovação” em seu sentido mais estrito.

Portanto, da conta inicial, entre os 223 novos eleitos, resta-nos apenas 91 parlamentares (17,7%), que não haviam exercido mandato político antes do pleito de 2022.

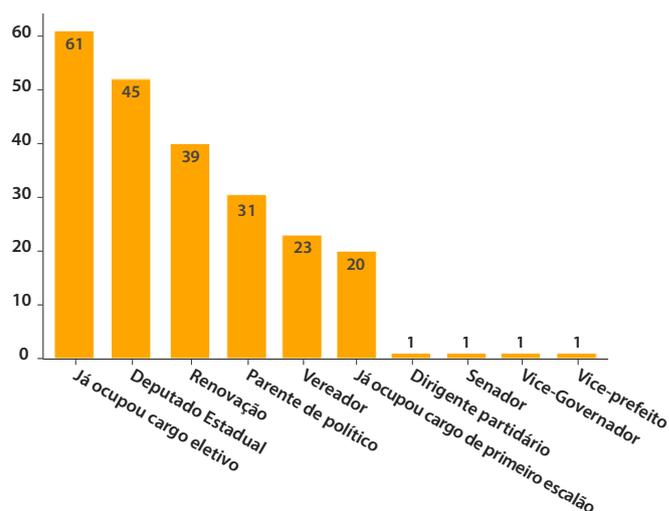
O afinilamento pode ficar ainda mais estreito. Os critérios citados ainda não seriam suficientes para filtrar as linhas de parentesco das dinastias políticas brasileiras. Alguns dos clãs políticos de maior

projeção vêm de estados do Nordeste do país. A família Arraes-Campos, em Pernambuco, talvez seja um dos casos mais emblemáticos. Eduardo Campos, falecido em 2014, foi duas vezes governador de Pernambuco, assim como seu avô, Miguel Arraes. A influência da família continua atravessando gerações. O filho de Eduardo, João Campos, foi eleito prefeito de Recife em 2020, aos 26 anos. Nessa legislatura, dois herdeiros da família Arraes-Campos seriam contabilizados como renovação caso fossem obedecidos apenas os critérios anteriores: Pedro Campos (PSB), irmão de João Campos, filho de Eduardo Campos e bisneto de Miguel Arraes, e Maria Arraes (SOLIDARIEDADE), irmã mais nova da já deputada Marília Arraes, e neta de Miguel Arraes.

Além destes, há também os casos de herança política que não vêm de sangue, mas da projeção recebida pelo apadrinhamento de alguma liderança política, ao serem nomeados para ministérios ou secretarias, de onde partiram para voos solo. São os casos, por exemplo, dos ex-ministros General Pazuella (PL), Ricardo Salles (PL) e do ex-secretário especial de Cultura, Mario Frias (PL), todos ocupantes de cargos de natureza especial do presidente Jair Bolsonaro (PL). Não poderíamos chamá-los de outsiders da política.

| Gráfico 2 | Candidatos a não reeleição que venceram o pleito para Câmara dos Deputados por partido - Eleições 2022

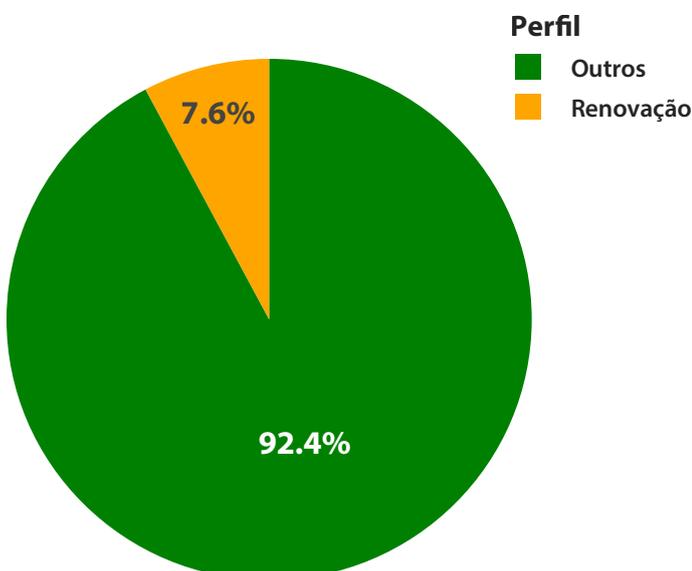
Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE



Para contemplar os casos acima, excluimos da conta de renovação também os parentes próximos de políticos (31) e ex-titulares (20) de secretarias e ministérios, tais como seus cônjuges e dirigentes partidários (1). Essa recontagem reduziu para 39 o número de deputados da renovação. O resultado pode ser visualizado no emagrecimento da fatia do gráfico abaixo, ilustrando o quanto é difícil alguém de fora da política adentrar os espaços de poder. Dentre os 39 que conseguiram (7,6%) tal feito, podemos encontrar alguns candidatos que se utilizam de seu vínculo ao serviço público como diferencial eleitoral. Não temos espaço para averiguar esse detalhamento, mas essa possibilidade já levanta questionamentos. A Resolução 23.405, do Tribunal Superior Eleitoral veda a utilização de nomes ou siglas de autarquias e fundações federais como parte das denominações de candidatos. O mesmo tratamento, entretanto, não ocorre com funções públicas (como juiz, delegado, etc), o que, pode-se argumentar, afeta a igualdade de oportunidades entre candidatos.

| Gráfico 3 | Eleitos para Câmara dos Deputados sem vínculo político - Eleições 2022

Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE

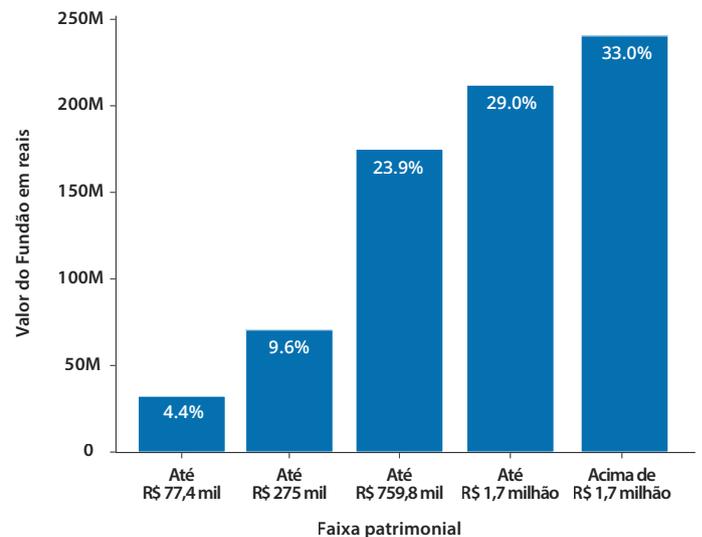


III. Fundão e custo por voto

Criado em 2017, o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (fundo eleitoral) foi um dos principais instrumentos financeiros dos incumbentes no pleito de 2022. No fechamento das contas do primeiro turno, verificou-se que cerca de 62% dos recursos distribuídos a candidatos eleitos foram destinados às duas faixas patrimoniais mais ricas, com patrimônio maior que R\$ 759 mil, de acordo com as respectivas declarações de bens ao TSE, conforme detalhado no gráfico abaixo.

| Gráfico 4 | Receita do Fundão Eleitoral por faixa de patrimônio - Eleições 2022

Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE



Dentre os eleitos para Câmara, a mediana dos recursos recebidos pelos candidatos à reeleição é 80% maior do que a dos que não disputavam reeleição: R\$ 1,8 milhão contra R\$ 1 milhão.

A literatura no tema observa que existe uma relação entre gasto com campanha e sucesso eleitoral. Mas essa relação difere da percepção popular de que o aumento de gasto em uma campanha necessariamente causa um aumento de votos no candidato. Como diz o cientista político Richard Lau, da Rutgers University, “é a perspectiva de vitória que atrai o dinheiro”.

Há exemplos de eleições em que o gasto com campanha tenha até uma relação negativa com o desempenho eleitoral².

Grande parte do último século de pesquisa mostra que, apesar de não ser irrelevante, a quantidade de dinheiro em uma campanha não é um fator decisivo para vencer uma eleição. Mas o impacto também não é neutro entre os candidatos. A importância do gasto costuma ser maior para novos entrantes, que precisam se tornar conhecidos, do que para candidatos incumbentes, que já têm uma plataforma estabelecida em seu mandato.

No século XXI, em períodos de maior polarização, esse gasto pode se tornar ainda menos decisivo. Quando os eleitores têm mais convicção ideológica da sua posição no espectro político, maior visibilidade de anúncios podem surtir menos efeito para mudar o voto.

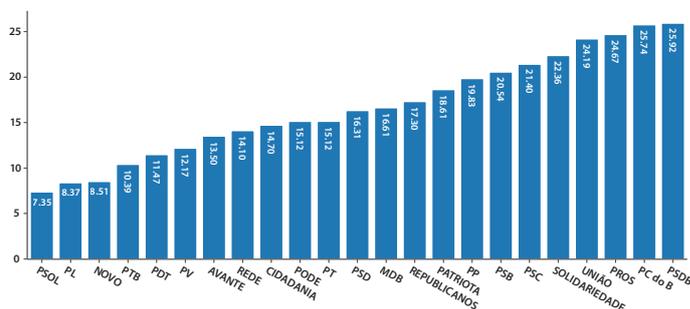
Quando observamos o uso de gastos de campanha nas eleições parlamentares de 2022, essa relação menos decisiva entre gasto e desempenho eleitoral é uma hipótese do que se observou nos resultados. Candidatos à reeleição que conquistaram uma cadeira e que, em sua maioria, foram contemplados com grandes montantes do fundo, obtiveram uma quantidade de votos parecida com aqueles nas mesmas condições que não disputaram reeleição.

Conforme esperado, partidos mais ideológicos, à direita e à esquerda, e com forte presença em redes sociais, gastaram menos para obter cada voto. Considerando as medianas (medida de tendência central menos sensível a valores extremos e pontos fora da curva), os votos mais baratos dentre os eleitos foram os do PSOL (R\$ 7,35), PL (R\$ 8,37) e Novo (R\$ 8,51). O mais caro, por sua vez, foi o do PSDB, partido no qual, por muito tempo, a direita brasileira votava, mas que acabou perdendo sua identidade com o surgimento de opções mais ideológicas. Neste caso,

a mediana foi para R\$ 25,92 por voto, valor que sobe para R\$ 33,17 no caso dos que não foram candidatos à reeleição.

| Gráfico 5 | Custo médio por voto dos eleitos a Deputado Federal por partido - Eleições 2022

Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE

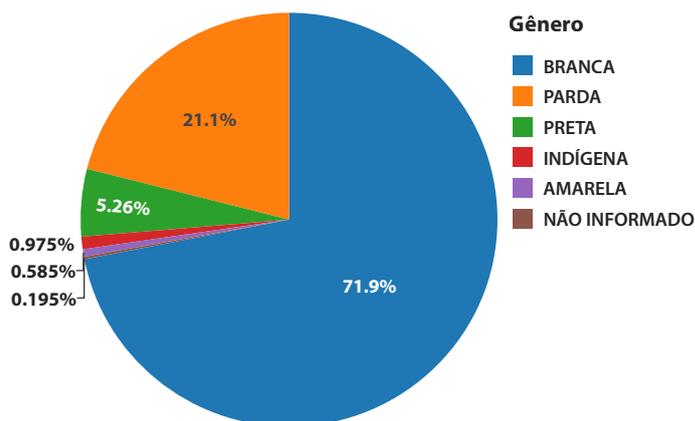


IV. Minorias

De acordo com os dados analisados, houve um significativo avanço na representatividade de negros dentre os eleitos para a próxima legislatura. O número de autodeclarados “pretos” cresceu de 21 para 27, representando agora 5,26% do total. Ainda pouco, considerando o panorama geral, mas o crescimento foi de 28,5%, em relação à composição anterior da Câmara. Um número que, a princípio, estaria aumentando a representatividade racial no parlamento.

| Gráfico 6 | Eleitos para Câmara dos deputados por Etnia - Eleições 2022

Fontes: Instituto Millenium com dados do TSE



² Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3733.pdf>

No entanto, ao aprofundarmos a análise, percebemos que o número pode esconder detalhes importantes. O pleito de 2022 contou com um incentivo para a inclusão de negros e mulheres na chapa: tais minorias tinham peso 2 na conta para o recebimento do Fundo Eleitoral. O objetivo pretendido era que, de fato, mulheres e negros fossem mais representados. Mas a consequência não planejada foi que alguns candidatos mudaram de cor em sua autodeclaração.

Houve três candidatos reeleitos que se declararam pardos em 2018, mas passaram a se considerar pretos em 2022: Coronel Ulysses (UB/AC), Pastor Gil (PL/MA) e Otoni de Paula (MDB/RJ). O mesmo caso de Dilvanda Faro (PT/PA), que foi eleita deputada estadual em 2018 como parda, mas neste pleito, preferiu se declarar preta.

Casos como os citados fornecem apenas uma pista de que, talvez, a mudança na composição racial da Câmara não tenha sido tão significativa. No entanto, não é possível afirmar o número total de imprecisões deste tipo, pois parte dos eleitos não foram candidatos anteriormente e, portanto, não há registro anterior de autodeclaração de raça no TSE, para que seja possível a comparação. Também seria leviano afirmar que o incentivo do fundo eleitoral foi o principal motivo das mudanças de autodeclaração. Alguns podem mesmo ter se confundido no preenchimento dos dados. Em população altamente miscigenada do Brasil, esses saltos discretos, delimitando onde começa uma raça e termina a outra, não são tão objetivamente demarcados. Uma mesma confusão também se observa no sentido oposto. Quantidade igual de reeleitos transitou nos dois sentidos, entre branco e pardo, de 2018 para 2022.

Os deputados Pinheirinho (PP/MG), Alice Portugal (PCdoB/BA), Mineiro (PT/RN), Elmar Nascimento (UB/BA), Maria Rosas (Republicanos/SP), André Ferreira (PL/PE) e Detinha (PL/MA) mudaram suas autodeclarações de branca para parda, entre 2018 e 2022.

No entanto, isso foi compensado por outros 7 deputados que fizeram o oposto, mudaram de pardos para brancos: Chris Tonietto (PL/RJ), Wilson Santiago (Republicanos/PB), Afonso Florence (PT/BA), Jorge Solla (PT/BA), Pastor Eurico (PL/PE), Beto Pereira (PSDB/MS) e Gervasio Maia (PSB/PB).

Já em relação ao número de mulheres, houve de fato um pequeno aumento, de 15% para 17,7% (77 para 91 parlamentares). Dentre as mulheres, a maior parte (58) não está no grupo da reeleição e, na média, são mais escolarizadas que os eleitos do sexo masculino. 91% delas possuem curso superior, enquanto que, para os homens, este percentual é de 81%. Os partidos com as maiores bancadas femininas são também as maiores bancadas de maneira geral: PT (18) e PL (17). Já os com maior proporção de mulheres são PSOL (58,33%), PCdoB (50%) e Rede (50%).

V. Conclusão

O resultado das eleições de 2022 é um exemplo das primeiras consequências da utilização de um modelo de financiamento predominantemente público nas campanhas políticas. A taxa de renovação no seu sentido estrito, de outsiders, ficou aquém do que se poderia esperar. Mas, entre os incumbentes, as diferenças na utilização dos recursos não se mostraram decisivas.

Embora a Câmara dos Deputados eleita para o próximo mandato possa não ser tão renovada, ainda é possível perceber um aumento na participação de mulheres e negros. Esse aumento pode estar relacionado com a contagem em dobro dos votos para essas duas categorias, em função da aplicação de ações afirmativas - principalmente quando consideramos a taxa de renovação entre candidatas do sexo feminino. Dessa forma, é possível dizer que a medida teve um efeito positivo, ainda que possivelmente abaixo do esperado por seus

proponentes.

Por outro lado, é importante considerar que a elevação da participação de candidatos autodeclarados negros deve-se, também, ao crescimento da população negra no país.

Caso os modelos de campanha sejam aprofundados por reformas futuras nas tendências das reformas passadas, é possível vermos uma maior estabilização da classe política. Se por um lado, isso pode ajudar a reduzir taxas de disrupção e fragmentação parlamentar, por outro pode deixar o Congresso Nacional menos dinâmico em participação e renovação no longo prazo.